



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Pará
Subseção de Castanhal

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

CADERNO DE PROVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1) Você está recebendo, juntamente com este **caderno de provas**, a **folha de respostas**. **Assine o seu nome e escreva o número do seu documento de identificação.**
- 2) Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões, todas com 4 (quatro) alternativas. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa. Essa resposta deve ser marcada na **folha de respostas** que você recebeu.
- 4) Você deve preencher o quadro com a letra correspondente a sua resposta na **folha de respostas**, conforme o exemplo:

A	B	C	D	E
---	----------	---	---	---
- 5) A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
- 6) Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 7) Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- 8) Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- 9) Devolva a folha de respostas ao fiscal.
- 10) Os **3 (três) últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente.
- 11) O gabarito será divulgado no dia 11 de novembro de 2013, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal e no sítio www.jfpa.jus.br.
- 12) O resultado será divulgado provavelmente no dia 19 de novembro de 2013, no térreo do edifício-sede da Subseção de Castanhal.
- 13) **O gabarito e o resultado não serão fornecidos por telefone.**

Castanhal/PA, 09 de novembro de 2013.

A COMISSÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

As três primeiras questões referem-se aos textos abaixo. Leia-os atentamente, em seguida assinale a única alternativa correta presente em cada uma das questões.

Texto 1: Poema de sete faces
Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser *gauche* na vida.

As casas espiam os homens
que correm atrás de mulheres.
A tarde talvez fosse azul,
não houvesse tantos desejos.

O bonde passa cheio de pernas:
pernas brancas pretas amarelas.
Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu
coração.
Porém meus olhos
não perguntam nada.

O homem atrás do bigode
é sério, simples e forte.
Quase não conversa.
Tem poucos, raros amigos
o homem atrás dos óculos e do bigode,

Meu Deus, por que me abandonaste
se sabias que eu não era Deus
se sabias que eu era fraco.

Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

Eu não devia te dizer
mas essa lua
mas esse conhaque
botam a gente comovido como o diabo.
(Carlos Drummond de Andrade)

Texto 2: Poema de cinco faces, no máximo

Quando nasci, sequer um anjo torto havia
Pra me dizer o que ser na vida.
Em vez de um emissário divino
Me recebeu o encarregado do parto
Seco como um escrivão de delegacia
Alheio como um guardador de gado dos outros.

Cedo aprendi a me agarrar às tetas possíveis
Com a urgência de mil bocas famintas.
Sobrevivi com o resto que me permitiu o sistema
E cresci mirrado e feio
Com a mesma renitência do sol em uma manhã
chuvosa de março.

As pernas possíveis que se me apresentavam
Sequer davam pra encher um carro
E não importavam serem brancas, pretas,
amarelas
Sobeja aplacassem o vermelho do desejo.

Me fiz macambúzio, quase não converso
E me supus forte o suficiente pra me manter
vivo.

Deus sempre soube que eu era fraco
Mesmo assim folgou em me abandonar
Como um quelônio após por seus ovos na
praia.

Meu nome não é Raimundo
Não há rima, não tem solução
E a vastidão do mundo me é apresentada pela
tv
Nas reproduções das viagens impossíveis.

Talvez não devesse dizer
Mas por obra da lua, da cachaça, ou seria do
diabo
Ser *gauche* não me foi uma escolha
Era só o que eu podia ser.
(SFGF)

1. Observe as seguintes afirmações:

I – Os textos não apresentam qualquer relação de proximidade no que se refere aos temas tratados.

II – Além de os textos reproduzidos não apresentarem proximidade temática, pode-se afirmar que o texto *Poema de cinco faces*, no máximo constitui exemplo do denominado anarquismo poético, em razão de sua absoluta ausência de tema ou mesmo de qualquer sentido.

III – É possível identificar entre as composições a denominada intertextualidade, consubstanciada, neste caso, no “diálogo” existente entre o segundo e o primeiro textos, uma vez que o intitulado *Poema de cinco faces*, no máximo mantém, em essência, proximidade temática com o poema de autoria de Carlos Drummond de Andrade.

É correto o afirmado apenas em:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;

2. Observe os seguintes versos destacados do poema de Carlos Drummond de Andrade:

“A tarde talvez fosse azul,
não houvesse tantos desejos”.

Tomando em consideração as regras de concordância verbal, pode-se afirmar que:

- a) identifica-se erro de concordância naqueles versos, haja vista ter sido o verbo haver conjugado no singular (houvesse), em desconformidade com o que prescreve a gramática normativa* do padrão culto da língua** portuguesa, que, no caso, exige a conjugação no plural (houvessem), concordando com o sujeito “tantos desejos”;
- b) identifica-se erro de concordância naqueles versos, uma vez que a gramática normativa do

padrão culto da língua portuguesa exige a conjugação do verbo haver sempre no plural toda vez que, como ocorre no presente caso, o referido verbo indicar existência ou acontecimento;

c) identifica-se erro de concordância naqueles versos, uma vez que a gramática normativa do padrão culto da língua portuguesa exige a conjugação do verbo haver sempre no plural toda vez que, como ocorre no presente caso, indicar tempo decorrido;

d) a conjugação do verbo haver no singular está perfeitamente conforme a gramática normativa do padrão culto da língua portuguesa, uma vez que, ao indicar existência, como no caso, o referido verbo torna-se impessoal, devendo permanecer na terceira pessoa do singular.

* gramática normativa: vertente da gramática (conjunto de regras destinadas a garantir o bom uso da língua) que estabelece normas para o uso da língua, a partir da oposição dos conceitos de certo e errado, seguindo parâmetros pré-estabelecidos.

** padrão culto da língua: também conhecido como norma culta, consiste na forma de utilizar o idioma detentora de maior prestígio social, ensinado nas escolas e normalmente utilizado pelos meios de comunicação e grupos de destaque intelectual.

(conceitos assimilados da obra Curso de Gramática Aplicada aos Textos, de Ulisses Infante)

3. Assinale a assertiva que veicula interpretação coerente com o tratado nos textos acima:

- a) pode-se afirmar que, apesar de o tom pessimista ser comum aos dois textos, no texto nº. 2 esse pessimismo assume ares ainda mais dramáticos, revelando mesmo um grau maior de desamparo e inadequação ao mundo do "eu-poético*"; a leitura atenta dos seguintes excertos das primeiras estrofes das duas composições ilustra bem o ora afirmado, pois, no texto nº. 1 ...*um anjo torto/desses que vivem na sombra/disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida...*, ao passo que no texto nº. 2 ... *sequer um anjo torto havia/Pra me dizer o que ser na vida*;
- b) os textos apenas aparentemente são pessimistas, uma vez que a atenta análise das figuras metafóricas presentes demonstra o verdadeiro tom otimista e a atitude positiva dos "eus-poéticos" para com a vida;
- c) por se tratar de textos literários, inadequada qualquer interpretação que não seja aquela fornecida pelos próprios autores, sob pena de se deturpar a criação artística;
- d) não há como fazer qualquer paralelo entre os dois textos, tendo em vista a absoluta diversidade de temas tratados.

*eu-poético: também denominado "eu-lírico" (no caso da poesia lírica), representa a "voz que fala no poema"; é o sujeito que expressa a opinião constante da composição, não podendo ser

confundido necessariamente com o autor do texto.

4. Leia atentamente a letra da canção Inútil, do grupo Ultraje a Rigor, em seguida assinale a alternativa que apresenta interpretação lógica e coerente com o tema tratado na composição.

"A gente não sabemos escolher presidente
A gente não sabemos tomar conta da gente
A gente não sabemos nem escovar os dente
Tem gringo pensando que nós é indigente

Inútil
A gente somos inútil
Inútil
A gente somos inútil
Inútil
A gente somos inútil
Inútil
A gente somos inútil

A gente faz carro e não sabe guiar
A gente faz trilho e não tem trem prá botar
A gente faz filho e não consegue criar
A gente pede grana e não consegue pagar

Inútil
A gente somos inútil
Inútil
A gente somos inútil
Inútil
A gente somos inútil
Inútil
A gente somos inútil

A gente faz música e não consegue gravar
A gente escreve livro e não consegue publicar
A gente escreve peça e não consegue encenar
A gente joga bola e não consegue ganhar"

- a) o texto constrói uma imagem de incapacidade do eu-poético, através do encadeamento de diversas situações práticas demonstradoras de tal inépcia, utilizando-se para tanto do recurso do humor e da ironia; a própria escrita, propositalmente atentatória à gramática normativa do padrão culto da língua, contribui para a construção da imagem de despreparo;
- b) por se tratar de um texto denotativo*, as situações descritas deverão ser entendidas exatamente como indica o sentido literal das palavras utilizadas;
- c) o eu-poético não se inclui entre aqueles que supostamente seriam despreparados para a vida; prova disso é a utilização da expressão "a gente", ao invés de "nós";
- d) as alternativas "b" e "c" estão corretas.

*denotação: emprego da palavra em seu sentido próprio, literal, preciso.

5. Observe o seguinte verso da letra da canção 1º de julho, do grupo Legião Urbana: "Sou fera, sou bicho, sou anjo e sou mulher".

No verso destacado, empregaram-se as vírgulas para separar elementos

coordenados, constituintes de uma enumeração. Assinale a única alternativa abaixo em que as vírgulas foram utilizadas pelo mesmo motivo:

a) "Vai, vem embora, volta, todos têm suas próprias razões" (Legião Urbana, *Eu era um lobisomem juvenil*);

DIREITO CONSTITUCIONAL

6. Não compete aos juízes federais processar e julgar:

a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

b) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

c) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do Tribunal Regional Federal a que pertença ou de juiz federal.

d) a disputa sobre direitos indígenas.

7. Quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção correta:

a) A Constituição Federal veda completamente a existência e aplicação das penas de morte, de caráter perpétuo e de trabalhos forçados.

b) Com a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004 todos os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos passaram a ser equivalentes às emendas constitucionais.

c) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva.

d) O princípio da presunção da inocência não impede que o indivíduo seja preso antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

8. Não constitui hipótese de perda ou suspensão dos direitos políticos:

a) incapacidade civil relativa.

b) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

c) improbidade administrativa.

d) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

9. No que se refere aos remédios constitucionais, à luz da Constituição Federal, da legislação de regência e do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa ou, ainda, relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

b) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

c) qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o

b) "Posso vigiar teu carro, te pedir trocados, engraxar seus sapatos?" (Plebe Rude, *Até quando esperar*);

c) "Ô, seu moço, do disco voador, me leve com você, pra onde você for" (Raul Seixas, *Disco Voador*);

d) "Minha amiga, pra ser sincero, prazer em vê-la, até mais" (Engenheiros do Hawaii, *Pra ser sincero*).

Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência

d) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante e de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

10. Quanto ao controle de constitucionalidade, é incorreta a afirmativa:

a) Os Tribunais e os respectivos órgãos especiais poderão declarar por maioria absoluta de seus membros a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

b) O Presidente da Câmara dos Deputados é um dos legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

d) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

DIREITO CIVIL

11. Considerando a normatividade civil referente à personalidade, à capacidade, aos direitos da personalidade e à ausência, assinale a assertiva incorreta:

a) São absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos.

b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons

costumes. O ato de disposição será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

- c) Sem decretação de ausência, pode ser declarada a morte presumida em duas hipóteses: quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; e, quando alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até cinco anos após o término da guerra.
- d) Far-se-á a averbação em registro público dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.

12. Em atenção ao que o Código Civil estabelece a respeito da responsabilidade civil e considerando a jurisprudência pátria, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa incorreta.

- a) São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.
- b) O juiz pode reduzir, equitativamente, o valor de indenização, quando verificar excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal
- d) O ascendente que houver ressarcido dano causado por descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz, poderá reaver deste o que pagou.

13. Acerca da disciplina relativa aos negócios jurídicos, marque a alternativa incorreta:

- a) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- b) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se de forma extensiva.
- c) É nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- d) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

14. Considerando as diferentes classes de bens previstas no Código Civil, marque a afirmativa correta:

- a) Consideram-se fungíveis os imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) As benfeitorias voluptuárias são aquelas de mero deleite que, aumentando o uso habitual do bem, tornam-no mais agradável ou elevam-lhe o valor.
- c) Os bens públicos podem ser usucapidos.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

15. Quanto à matéria de prescrição e decadência, pode-se afirmar que:

- a) Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.
- b) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil.
- d) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Fala-se que uma ação é idêntica à outra quando tiver:

- a) O mesmo pedido, as mesmas partes e a mesma causa de pedir.
- b) Fundamentos e pedidos da mesma natureza.
- c) A mesma natureza.
- d) O mesmo pedido e as mesmas partes.

17. A incompetência absoluta deve ser:

- a) Arguida por meio de exceção; acolhida, remetem-se os autos ao juiz competente, com o aproveitamento de todos os atos processuais.
- b) Declarada de ofício; acolhida, extingue-se o processo, por não ser possível aproveitar-se nenhum ato processual.
- c) Provocada pela parte; acolhida, extingue-se o processo.
- d) Declarada de ofício; acolhida, remetem-se os autos ao juiz competente, havendo-se como nulos somente os atos decisórios.

18. Quanto à petição inicial, é incorreto dizer:

- a) É inepta a petição inicial que traz pedidos incompatíveis entre si.
- b) Indeferida a petição inicial, a decisão somente poderá ser reformada, em recurso de apelação, pelo Tribunal competente.
- c) O pedido pode ser alternativo, quando o devedor puder cumprir a prestação por mais de um modo.
- d) Os pedidos devem ser interpretados restritivamente, mas no pedido do principal compreendem-se os juros.

19. Acerca do Juizado Especial Cível é correto afirmar:

- a) O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.
- b) O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- c) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.
- d) O recurso inominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

20. Qual dos meios de prova abaixo é possível em sede de mandado de segurança?

- a) Inspeção Judicial.
- b) Prova pericial.
- c) Prova documental.
- d) Depoimento pessoal.

DIREITO PENAL

21. Observe o seguinte excerto, retirado da sentença proferida no processo nº. 4931-57.2010.4.01.3904, a seguir assinale a única opção que indica o tipo penal (crime) a que se está referindo, integrante do rol dos denominados crimes contra a Administração Pública:

“Quanto ao mérito, tem-se que, ao se apropriar ou desviar, em proveito próprio ou de terceiros, valores a si confiados em razão da atividade profissional exercida, valendo-se das facilidades que lhe proporcionava a qualidade de empregado da agência da Caixa Econômica Federal de Bragança/PA, na função de tesoureiro, o acusado incorreu no tipo descrito no art. ... caput, do Código Penal”.

- a) peculato;
- b) concussão;
- c) emprego irregular de verbas ou rendas públicas;
- d) roubo

22. Leia atentamente a redação do art. 316, do Código Penal, em seguida assinale a opção que indica a denominação jurídica (nomen juris) do tipo penal em questão, integrante do rol dos crimes contra a Administração Pública:

“Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa”.

- a) inserção de dados falsos em sistema de informações;
- b) corrupção passiva;
- c) uso de documento falso;
- d) concussão.

23. Analise o seguinte excerto, retirado da sentença proferida no processo nº. 6703-84.2012.4.01.3904 e assinale a única opção correta:

“Com efeito, ainda que se tenha como verdadeira a afirmação de que a denunciada se apoderara apenas de parcela do montante recebido após o falecimento do titular do benefício previdenciário, alegação que, frise-se, não encontra respaldo em nenhum elemento de convicção colacionado aos

autos, mesmo assim desautorizado estaria o reconhecimento da insignificância da conduta, uma vez que, nas hipóteses de atentado à integridade do patrimônio público, além da aferição do montante do prejuízo econômico, deve-se tomar em consideração a vulneração da confiança depositada no ente público, circunstância que independe da quantia desfalçada para se ver configurada”.

A tese defensiva mencionada no trecho acima, consistente na pretensão de reconhecimento da insignificância da conduta delitiva, caso fosse acolhida, fulminaria o seguinte elemento do crime:

- a) antijuridicidade (ilicitude);
- b) culpabilidade;
- c) tipicidade;
- d) inexigibilidade de conduta diversa.

24. Leia atentamente o trecho retirado de sentença proferida nos autos do processo nº. 7510-41.2011.4.01.3904, a seguir assinale a única alternativa que indica hipótese de excludente de culpabilidade, apta a preencher adequadamente as lacunas contidas no excerto destacado:

“Da mesma forma, falece razão aos réus quando intentam a absolvição em virtude da ocorrência de _____ (nominada na peça de defesa como erro sobre a ilicitude do fato), previsto no art. 21, do Código Penal.

Conforme construção doutrinária e a praxe jurisprudencial, pode-se afirmar que se reconhece a existência de _____ quando o agente atua imbuído de plena consciência de seus atos, porém sem alcançar o entendimento de que sua conduta é contrária ao ordenamento jurídico.

No caso em discussão, as circunstâncias pessoais e objetivas observadas desautorizam qualquer entendimento no sentido pretendido pelos acusados. Com efeito, não se trata de pessoas cujo desenvolvimento intelectual ou meio social façam presumir eventual inclinação ao desconhecimento da desconformidade da conduta para com o Direito. Em verdade, o fato de se tratar de pessoas de escolaridade de nível fundamental completo e superior, dirigentes de entidade associativa e plenamente integrados à convivência cidadã, milita em sentido diametralmente oposto ao pretendido”.

- a) coação física absoluta;
- b) erro de proibição;
- c) legítima defesa;
- d) exercício regular de um direito.

25. Conforme a redação do artigo 5º, do Código Penal, "Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e

regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional”:

Pode-se afirmar que o princípio veiculado na redação do referido dispositivo é o:

- a) da dignidade da pessoa humana;
- b) da territorialidade;
- c) da extra-atividade da lei penal;
- d) da proporcionalidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. O artigo 109, da Constituição Federal, elenca hipóteses de competência penal dos juízes federais. Não se insere na competência da Justiça Federal, em matéria penal, o processo e julgamento dos:

- a) crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União;
- b) crimes contra a organização do trabalho;
- c) crimes praticados em detrimento de bens pertencentes a sociedades de economia mista federais;
- d) crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro no território nacional.

27. Observe o trecho de decisão exarada nos autos nº. 2701-37.2013.4.01.3904:

“No caso dos autos, observa-se que os requerentes encontram-se recolhidos ao cárcere desde o dia 23 de maio de 2013, em virtude de prisão em flagrante pela suposta prática dos fatos delituosos sob investigação no respectivo inquérito policial, distando daquela data até o presente momento mais de uma centena de dias, sem que ao menos tenham sido formalmente acusados, haja vista ainda não ter o órgão de acusação oferecido denúncia.

Assim, patente está a extrapolação da legitimidade/legalidade da manutenção da prisão dos requerentes, haja vista estender-se por lapso temporal excedente de qualquer senso de razoabilidade, bem como por representar atentado contra os preceitos legais aplicáveis à hipótese, sendo patente a necessidade do relaxamento da prisão, dada sua superveniente ilegalidade”.

Na situação acima referida, reconheceu-se a ilegalidade superveniente (posterior) da prisão por extrapolação de prazo.

Conforme dispõe o Código de Processo Penal (art. 10), o prazo para o encerramento do inquérito policial, quando o indiciado se encontrar preso, é de:

- a) 100 dias;
- b) 10 dias;
- c) 30 dias;
- d) 45 dias.

28. Não é espécie de prisão cautelar:

- a) prisão em flagrante;
- b) prisão preventiva;
- c) prisão temporária;

d) prisão em decorrência de sentença penal condenatória transitada em julgado.

29. Conforme expressa disposição do artigo 312, do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada:

- a) como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria;
- b) para averiguação do histórico criminal de detidos em situação suspeita;
- c) para prevenir a ocorrência de novas infrações penais;
- d) em decorrência de pronúncia (decisão que encerra a primeira fase do rito especial do júri, autorizando seja o réu submetido a julgamento pelo tribunal popular).

30. Analise as afirmações constantes dos itens abaixo:

I – o relaxamento da prisão é cabível diante de hipótese de prisão ilegal, como ocorre, a título de exemplo, nos casos de prisão preventiva decretada por juiz incompetente ou quando a prisão preventiva se estende por tempo excessivo.

II – a revogação da prisão cautelar, da mesma forma como se dá com o relaxamento da prisão, somente pode ser requerida quando diante de hipótese de ilegalidade, haja vista o artigo 5º, LXV, da Constituição Federal, determinar que “a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária”.

III – a liberdade provisória incide nas hipóteses de prisão legal e tem fundamentação no art. 5º, LXVI, da Constituição Federal, o qual preceitua que “ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança”.

É correto o afirmado em:

- a) I, somente;
- b) II, somente;
- c) III, somente;
- d) I e III.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

31. Com relação às espécies de prestações e aos beneficiários correspondentes, assinale a opção incorreta:

- a) Aposentadoria por invalidez - segurado.
- b) Pensão por morte - dependente.
- c) Salário-família - segurado.
- d) Auxílio-acidente - dependente.

32. Segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social é todo aquele que exerce atividade remunerada e não se vincula, por força de lei, a outro regime de previdência

social. São segurados obrigatórios da previdência social, dentre outros:

- a) Empregados, dona-de-casa, trabalhador avulso.
- b) Doméstico, estudante, o titular de firma individual urbana ou rural.
- c) Doméstico, o titular de firma individual urbana ou rural, trabalhador avulso.
- d) Segurado especial, desempregado, dona-de-casa.

33. Considerando a contagem recíproca de tempo de serviço, é correto afirmar:

- a) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.
- b) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, considerando entre outras normas, a admissão da contagem em dobro, em situações especiais.
- c) Quando a soma dos tempos de serviço ultrapassar 25 (vinte e cinco) anos, se do sexo feminino, e 30 (trinta) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.
- d) O benefício resultante de contagem de tempo de serviço será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da legislação anterior, considerando o direito adquirido do beneficiário.

34. Segundo a Lei 8.213/91, havendo a perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo:

- a) Um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício da pensão por morte, independentemente do benefício a ser requerido.
- b) Dois terços do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
- c) Um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
- d) Metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

35. De acordo com a Lei 8.213/91, são segurados obrigatórios da Previdência Social, na qualidade de segurado especial:

- a) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- b) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- c) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União,

Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

- d) A pessoa física residente no imóvel rural que, individualmente, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de pescador artesanal faça da pesca profissão habitual.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. Tendo em vista a definição de tributo contida no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Tributo é prestação pecuniária sancionatória de ato ilícito.
- b) É admissível a prestação pecuniária in labore.
- c) Não cabe à autoridade tributária analisar a conveniência e a oportunidade na cobrança do tributo.
- d) É prestação pecuniária cobrada mediante atividade judicial ou administrativa plenamente vinculada.

37. São impostos da União:

- a) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, Imposto de transmissão inter vivos e Imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços.
- b) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, Imposto de transmissão causa mortis e Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- c) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, Imposto sobre produtos industrializados e Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- d) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, Imposto sobre propriedade territorial rural e Imposto sobre grandes fortunas.

38. Acerca das espécies tributárias, analise as proposições abaixo:

I – É inconstitucional a cobrança de taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de vias e bens públicos.

II – O serviço de iluminação pública deve ser remunerado mediante taxa, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

III – São aplicáveis as disposições do CTN às contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

IV – A União poderá instituir, mediante lei complementar, empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

V – Quanto aos impostos, exige a Constituição Federal que lei complementar de caráter nacional defina os respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV

- c) I, III, IV e V
- d) I, IV e V

39. Considerando as limitações constitucionais ao poder de tributar, marque a alternativa correta:

- a) Segundo o princípio da uniformidade geográfica da tributação, à União é vedada a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- b) A imunidade tributária recíproca entre os entes políticos é extensiva às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes.
- c) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços, de qualquer natureza, desde que fundadas em sua natureza ou seu destino.
- d) Segundo a Constituição, a imunidade tributária religiosa compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais da entidade. Diante disso, entende o Supremo Tribunal Federal que o aluguel de um imóvel pertencente ao ente imune implica na perda da imunidade quanto ao Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

40. Estão previstos expressamente na Constituição Federal, no capítulo destinado ao Sistema Tributário Nacional, os seguintes princípios, exceto:

- a) Princípio da anterioridade nonagesimal.
- b) Princípio da liberdade de tráfego.
- c) Princípio do não-confisco.
- d) Princípio da anualidade.